

“QUANDO CHEGOU ESSES QUE SÃO NOSSOS CONTRÁRIOS”- A OCUPAÇÃO ESPACIAL E O PROCESSO DE CONFINAMENTO DOS KAIOWÁ/GUARANI NO MATO GROSSO DO SUL

Antônio Brand*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho está centrado na análise da ocupação espacial e do processo de confinamento¹ dos Kaiowá/Guarani, localizados na região da grande Dourados², no MS. A população Kaiowá/Guarani aí situada, está distribuída em oito reservas³ e quatorze aldeias,

* Doutor em História. Coordenador do Programa Kaiowá/Guarani/UCDB. O Programa Kaiowá/Guarani conta com o financiamento do CNPq, na linha Projeto Integrado de Pesquisa.

¹ Entendo por confinamento o processo histórico de concentração da população Kaiowá/Guarani dentro das reservas demarcadas até 1928, após a destruição de suas aldeias e/ou a conclusão do processo de implantação das fazendas de gado e correspondente desmatamento do território tradicional. Este processo histórico de confinamento geográfico e cultural se acentua durante a década de 1970, com a mecanização da lavoura e correspondente ampliação do desmatamento do território tradicional Kaiowá/Guarani, como emerge no decorrer do texto.

² A região da grande Dourados compreende aqui um total de 30 municípios, localizados hoje dentro do que, historicamente, é considerado território tradicional Kaiowá/Guarani.

³ Com o termo “reserva” designo as oito extensões de terra demarcadas pelo governo brasileiro entre os anos de 1915 a 1928 sem ter em conta, em vários casos, critérios antropológicos. Estas reservas tornaram-se áreas de confinamento compulsório da população Kaiowá/Guarani, como emerge no decorrer do texto.

totalizando 22 áreas indígenas e é estimada em 25 mil pessoas⁴.

Seu território tradicional, segundo MELIÁ; GRÜNBERG, G.; GRÜNBERG, F. (1976 : 217), estendia-se, ao norte até os rios Apa e Dourados e, ao sul, até a Serra de Maracaju e os afluentes do rio Jejuí, chegando a uma extensão este-oeste de aproximadamente 100 km, em ambos os lados da Serra de Amambai abrangendo uma extensão de terra de aproximadamente 40 mil km², dividida pela fronteira Brasil/Paraguai⁵.

Este imenso território tradicional, denominado **ñande retã**, o “nosso território”, é visto como espaço amplo, com determinadas características ecológicas, onde os Kaiowá localizam suas aldeias, tendo como referenciais básicos as matas e os córregos. Será, porém, em torno de cada uma das aldeias, que emerge uma segunda dimensão de território como algo específico e concreto para cada família extensa, sempre em busca da continuidade do bom modo de ser de seus antepassados.

⁴ Os Guaraní contemporâneos são convencionalmente divididos em três subgrupos: os Ñandeva/Chiripá, os Mbyá e os Kaiowá, que no Paraguai se autodenominam Pãi-Tavyterã. A palavra **Pãi**, segundo MELIÁ e outros, não tem tradução, mas **Tavyterã** poderia ser traduzido por “*habitantes del poblado del centro de la tierra (tava-yvy-rã)*” (1976 : 217). No Brasil alguns Kaiowá também se consideram como **Pãi-Tavyterã**. Na região da grande Dourados temos a presença dos Ñandeva/Chiripá, especialmente em duas reservas (Porto Lindo/Jacarey e Pirajuy). Há ainda a presença de grupos familiares ñandeva/chiripá em praticamente todas as demais reservas onde predominam os Kaiowá e são os únicos que se autodenominam de Guaraní. Utilizaremos a expressão Kaiowá/Guarani, quando se tratar de aspectos comuns aos dois subgrupos, como acontece na maior parte dos enfoques aqui destacados.

⁵ Segundo MELIÁ (1997) há no Paraguai hoje, um total de 8.026 índios Pãi-Tavyterã, distribuídos em 42 comunidades, localizadas, especialmente, no Departamento de Amambay e em menor número em Concepción, Canindeyú e, San Pedro (1997 : 99 e ss); há ainda um total de 6.918 Ava-Guarani (Chiripa), localizados nos departamentos de Canindejé, Alto Paraná e San Pedro, distribuídos em 34 comunidades (Idem, p. 119-120). Os Mbyá seriam ainda um total de 4.744, distribuídos em 55 comunidades que, embora estejam concentrados especialmente nos Departamentos de Caaguazú, Caazapa e Alto Paraná, “*ocupan espacios en casi todos los departamentos del país*” (1997 : 106).

Entendo que o conceito de território enquanto espaço de afirmação, “*com dimensões sócio-político-cosmológicos*” (SEEGER; VIVEIROS DE CASTRO, 1979 : 104), concretiza-se, para os Kaiowá, exatamente em torno de suas aldeias. E, portanto, poderíamos considerar que à dinâmica de criação de novas aldeias está subjacente a dinâmica de geração de novos territórios específicos, no caso dos Kaiowá sempre dentro do grande **ñande retã**.

Há surpreendente unanimidade em todos os relatos dos cronistas, sertanistas e pesquisadores sobre os Kaiowá/Guarani de que a unidade territorial fundamental para a continuidade do seu modo de ser é o espaço ocupado por cada aldeia. É esta aldeia, enquanto **tekoha**, o espaço ou “*lugar donde vivimos según nuestras costumbres*” (MELIÁ; GRÜNBERG, G. e F., 1976 : 218) ou, ainda, segundo PEREIRA (1995 : 23), “*um espaço legítimo para a realização dos rituais, cantos e danças - liturgias que produzem a cosmogenia na vida Guarani*”.

A mesma pesquisadora (1995 : 23), afirma que o **tekoha** é um espaço “*prenhe de significados. Fora dos limites do seu tekoha, sim, tudo está repleto de vazios, não há vida Guarani*”. Para além deste **tekoha** estaria apenas “*um lugar da imortalidade, a chamada Terra sem Mal - yvy marã ey, espaço onde a condição humana é abandonada, para que, no homem, possa realizar-se a condição de um deus*”. MELIÁ (1989b : 495), que foi, aliás, o primeiro a destacar a importância do tekoha para os Kaiowá/Guarani, entende que “*la semântica del tekoha corre menos por el lado de la producción económica que por el de un modo de producción de cultura*”.

É a aldeia, efetivamente, o espaço onde se fundem terra, território, subsistência, relações sociais e festas religiosas, ou como afirma PEREIRA (1995 : 22), a aldeia é o “*espaço físico-político-simbólico (...) lugar estruturante e suporte de sua organização social*”. É o espaço necessário para os Kaiowá/Guarani realizarem e concretizarem seu modo-de-ser específico e fundador de sua identidade. É onde se realizam as grandes festas religiosas e políticas. Por esta razão, referindo-se à vida em aldeia, o cacique Júlio Lopez diz: “*vê como a gente,*

quando vivia com quem sabia rezar, nada acontecia para a gente, nos encostamos em nossos companheiro, havia igualdade, irmão, pai, filho e companheiro de trabalho” (8 : 6)⁶. É a aldeia o espaço físico que torna possível este tipo de relação social e religiosa.

A aldeia kaiowá, composta por um complexo de casas, roças e mata, mantém historicamente características muito semelhantes, especialmente no que se refere à distribuição e à quantidade de famílias, organização sócio-econômica-política-religiosa. Estas características são confirmadas, com ênfase, pelos relatos dos diversos informantes. O velho Ubaldo Castelan, perguntado como era a aldeia antiga, explica que *“naquele tempo não tem aldeia, porque já esse tudo [mostrando para o horizonte] não tem dono (...) então foi, achou um lugar, lugar bom (...) onde tem muito peixe, rio pra pescar (...) sempre andava parente junto (...) cabeçante [líder] é o cacique”⁷.*

Apesar da percepção de que o território amplo era o espaço sem cercas e, portanto, sem dono, cada **tekoha**, hoje como ontem, tem sua área geograficamente bem delimitada por morros, rios e outros acidentes geográficos⁸. Esta constatação sinaliza, portanto, para uma segunda dimensão de território. Os informantes descrevem com clareza os limites das respectivas aldeias. Aliás, esta clareza quanto aos limites tradicionais de cada aldeia já se manifesta de forma inequívoca na luta, especialmente a partir da década de 1980, de diversas comunidades Kaiowá/Guarani pela recuperação das mesmas. (Rancho Jacaré, Guaimbé, Pirakuá, Cerrito, Jaguari, Guassuty, Jaguapiré, Paraguassu/Takuaraty, Sete Cerros e Jarará). Outra constante que emerge dos relatos refere-se aos tipos de espaço escolhidos para a

⁶ Esta numeração indica a classificação dos depoimentos, após transcritos.

⁷ O informante está aqui identificando aldeia com as reservas.

⁸ Ricardo Jorge, no encontro coletivo de informantes, realizado em Dourados, durante a pesquisa realizada pelo autor sobre a localização de aldeias tradicionais Kaiowá/Guarani, explicou que os nomes vêm do fato de que cada lugar “tem sua preferência”, ou seja, tem características tais como bichos, árvores, terras, águas que o distinguem e se constituem em referenciais para identificação.

sua localização. Dizia o velho Ubaldo Castelan, que “*foi, achou um lugar, lugar bom (...) onde tem muito peixe, rio pra pescar (...)*”.

As escolhas obedecem a três critérios fundamentais e que confirmam os indicativos que nos vêm da bibliografia. Buscam, os Kaiowá/Guarani para suas aldeias, terras de mata, com córregos próximos e terras boas para a agricultura. Por isso as aldeias ou reservas localizadas em regiões de cerrado, foram, historicamente, objeto de deslocamentos compulsórios⁹.

Uma aldeia podia estar composta por uma ou várias famílias extensas. Temos relatos de aldeias cuja população é de uma família extensa, em especial na região do Vale do Rio Iguatemi, de Jaguapiré e na região da Colônia Federal de Dourados. Em muitos casos estas aldeias constituídas por uma família extensa, residiam relativamente próximos, constituindo um conjunto, embora autônomos entre si. Já em outros casos temos várias famílias grandes, integrando a mesma aldeia, indicado pelo número de casas comunais existentes na mesma.

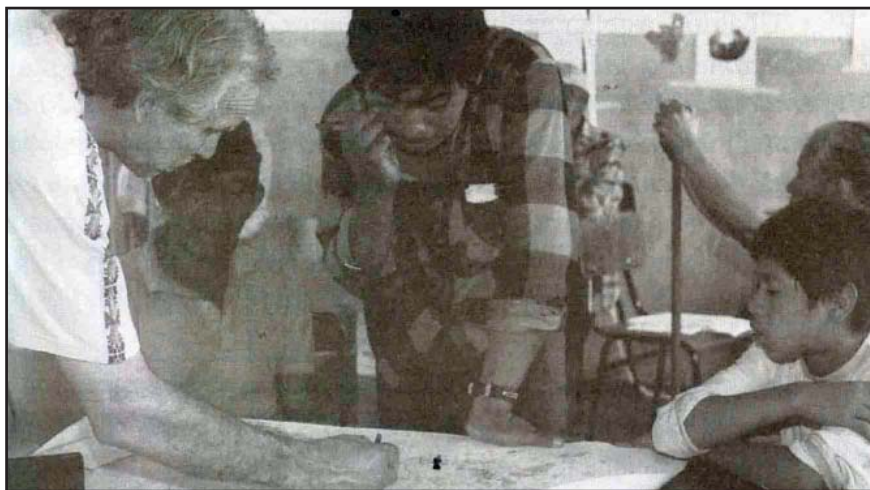


Foto: Katya Vietta

Reserva de Porto Lindo. Reunião com informantes. Levantamento das aldeias destruídas

⁹ É o caso, segundo depoimentos, da aldeia de Guaimbé, cujo centro ficava mais acima em área de mata (Relatório de campo - Rc : 30).

Aldeia Jaguapiré. Reunião com informantes. Levantamento das aldeias destruídas. Ubaldo Castelan desenhando o mapa de uma das antigas aldeias.



Foto: Katya Vietta

Ubaldo Castelan explica que *“sempre andava parente junto (...) cabeçante é o cacique”*. [Morava em casa grande - ogajekutu]. *“é grande, mais ou menos uns 20 metros de cumprido por 10 de largura (...), ali dentro cada casado morava separado, parente, 10, 15 casado, ali dentro, mas separado”* (13 : 9-10).

Segundo Feliciano Gonçalves, antigo morador da aldeia Taquara e hoje em Caarapó, referindo-se ao tamanho das aldeias tradicionais, fala que:

“tinha às vezes como cinqüenta, oitenta, cem naquela localidade (...) só os parentagem combina mais bem porque tem, aquele próprio cacique (...). Aquele próprio cacique aí, os cacique falava aquilo e falou aquilo acabou (...) tinha 60, tinha 100, tinha cento e pouco, só grupo de família ali e todos obedecia aquele mais velho, o cacique. É tronco né” (2 : 32).

O velho Ruffino Romero, da aldeia de Paraguassu/Yvykuarusu, afirma que *“em cada tekoha tinha cinco ou seis famílias, naquele tempo*

não tem capitão e cada tekoha tinha seu líder tekoaruvicha” (28b : 03)¹⁰.

Este fato leva a questionar os casos onde encontramos um número relativamente elevado de famílias dentro de uma mesma aldeia isso, não deve ser atribuído a um processo anterior de reagrupamento, fruto dos deslocamentos provocados pela própria ação da Cia Matte Larangeiras¹¹, em função da colheita da erva.

No encontro coletivo de informantes kaiowá, realizado em Dourados, já anteriormente referido (Rc : 45), ao tratarem de aldeias tradicionais, apareceu com ênfase o conceito de **tekoha guasu**. As aldeias de Cerro Marangatu, no município de Bela Vista, Guapuku e Juiu, na área abrangida pela Colônia Agrícola de Dourados e Km XX, na Campanário, foram caracterizadas, pelos informantes, como **tekoha guasu** (ou **tava guasu**, por parte dos Guarani), porque “*era onde tinha o cacique maior, que o povo mais procurava*” (Rc : 45). O conceito de **tekoha guasu** (ou **tava guasu**) é, portanto, essencialmente relacionado ao prestígio do personagem principal de qualquer aldeia Kaiowá/Guarani, o cacique¹².

Emerge, ainda, nos relatos dos informantes que inúmeros **tekoha** eram estáveis no que se refere à sua localização, bem como às famílias extensas que o compunham (inclusive a denominação de algumas aldeias vem do nome da família principal, como é o caso da aldeia Javorai, no município de Caarapó e na área abrangida pela Colônia Federal, em Dourados). Ou seja, eram áreas de ocupação por

¹⁰ Abundantes referências históricas confirmam, exatamente, as mesmas indicações sobre o formato e número de casas comunais. Ver MELIÁ (1989b : 502 e 1988 : 60 e ss; SUSNIK (1979-80 : 101) e outros.

¹¹ Na grafia do nome da Cia Matte Larangeiras, sigo a constante nos contratos da empresa.

¹² CHASI-SARDI (1989b : 33 e ss), apoiado em Susnick, retoma a questão da existência de aldeias maiores, denominados por esta de **guara**. Estes **guara** “*comprendian a varios tekoha, que eran poblados abiertos. El táva, o poblado principal, en el centro, girando en torno al cual, y hasta un radio de cincuenta y más kilómetros, se desperdigaban los te ýi, aldeas de familias extensas o linajes...*” (1989b : 33-34).

períodos longos, indicados pelos informantes mediante a expressão “antigo mesmo”, isto é, não se tem informações sobre o seu início. Já em outros casos, eram aldeias de ocupação mais recente, indicando para o importante fenômeno do **oguata**, caminhar, indicativo da significativa mobilidade Kaiowá/Guarani, sempre dentro do mesmo território tradicional¹³. Ocorrem casos de mudança de aldeia de determinada parentagem (família extensa), constituindo uma nova unidade aldeã, ou então agrupando-se a uma outra aldeia já existente.

Dizia Ruffino Romero que cada casa grande (**ogajekutu**) tinha seu líder religioso (**ñe'ëruvicha** ou **tekoaruvicha**). Hamilton, da mesma aldeia, compara este **tekoaruvicha** ao “vovô da família”, ou seja, o mais velho da família (28a : 8).

As razões que levavam a essas mudanças de aldeia, ou à busca de um outro espaço para construir novas aldeias dentro do território, podiam ser de várias ordens. Ressaltam, porém, os desentendimentos internos ao **tekoha**, práticas de feitiço e o excesso de doenças como justificativas para o abandono de determinadas aldeias tradicionais, tais como Samakuã, Suvirando e outros, o desgaste da terra e o esgotamento de seus recursos naturais e, portanto, das condições de subsistência¹⁴.

É o fenômeno já amplamente destacado por diversos autores (Meliá, Nimuendaju, Viveiros de Castro e outros), do **oguata**, (caminhar, ou do peregrinar) dentro do território toda vez que determinadas condições tornavam indesejável a permanência naquele local, sob a ótica do bom modo-de-ser Kaiowá/Guarani. Ou seja, em casos de mal-estar, ou de *doença* da terra, o recurso tradicional parece ter sido o da migração¹⁵. No caso dos Kaiowá, estas migrações, como já destacamos, se dão dentro do mesmo território e sempre em busca de

¹³ Esta mobilidade ressalta já da história de vida de vários informantes.

¹⁴ Em períodos mais recentes temos já o deslocamento forçado de aldeias, em função dos trabalhos de colheita da erva-mate e da implantação das fazendas de gado e lavouras.

¹⁵ WICKERT (1996 : 8) conclui que uma sociedade fundada na agricultura de queima do roçado “*no valora negativamente la movilidad social*”.

espaços que atendam às características acima explicitadas (regiões de mata, córregos e terras de agricultura). Este fato é que nos leva a concluir que, sob a ótica dos Kaiowá, mais importante que determinados espaços geográficos, são na verdade as condições da terra, ou seja, as possibilidades de viabilizar determinada ocupação deste espaço, ou viabilizar determinada relação com este espaço, de acordo sempre com as boas palavras da tradição kaiowá.

É sobre tal tipo de ocupação espacial que incide o *esparramo*¹⁶ e o posterior confinamento. Ou seja, é essa a realidade sócio-econômica-política e religiosa que é atingida com a destruição de cada **tekoha**.

O processo de *esparramo* - *sarambipa*

A chegada dos colonizadores na região abrangida pelo território Kaiowá/Guarani ocorre em momentos diferentes. Onde havia abundância de ervais, a Cia Matte Larangeiras se instala já a partir de 1890. Vai atingir, especialmente, as regiões de Caarapó, Juti, Ramada, Amambai e Campanário. Mas, convém lembrar, que a Cia Matte Larangeiras, nesta fase, não busca a propriedade da terra, apenas a exploração da erva. Por esta razão, mesmo nestas regiões, a destruição das aldeias se dará apenas numa segunda fase, durante a década de 1950, especialmente, ou seja, após o fim do monopólio da Cia Matte Larangeiras, quando ela mesma entra na disputa pela propriedade da terra, conforme veremos a seguir. Em Campanário, a destruição das aldeias se dará em período ainda mais recente quando a terra não é mais de propriedade da Cia Matte Larangeiras¹⁷.

¹⁶ *Esparramo* ou **sarambipa** é o termo utilizado pelos índios para caracterizar o processo de dispersão e desmantelamento das aldeias e famílias extensas provocado pela implantação das fazendas de gado e correspondente desmatamento da região, a partir, especialmente, de 1950. Historicamente, o *esparramo* precede o confinamento.

¹⁷ O último contrato celebrado, em 1926, entre o Estado de Mato Grosso e a Empresa Matte Larangeiras S.A., dizia na Cláusula Décima Sexta, letra b, que, esgotado o prazo da vigência deste contrato (1937), em caso de venda, “*cabará à Empresa a preferência de escolha das mesmas terras na gleba por ella arrendada, caso o governo resolva aliená-las*” (ARRUDA, 1984 : 303).

Na região entre Bela Vista e Ponta Porã entram os migrantes gaúchos a partir do início deste século e, portanto, a disputa pela propriedade da terra e o processo de instalação de fazendas de gado inicia-se cedo. Mas vão centrar-se nos campos naturais e, portanto, o atropelo das aldeias localizadas nas matas, também se dará mais tarde¹⁸.

MELO e SILVA (1939 : 112) refere-se a “*inúmeras famílias cayuás, localizadas no sopé da Cordilheira do Amambai, zona do Itá, Município de Bela Vista, em completo abandono e absoluto estado de miséria*”. Segundo João Martins e Marco Veron, o gaúcho que veio cedo “*ficou no campo e não incomodava o índio*” (Rc : 45).

Na região da grande Dourados inicia-se, a partir de 1943, a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, atingindo em cheio inúmeras aldeias (BRAND, 1993 : 55 e ss). Em outras regiões, especialmente nas áreas de mata, a chegada das fazendas agro-pecuárias se dá a partir de 1950¹⁹. Sendo que os Kaiowá, historicamente, têm buscado refúgio nas regiões de mata, como já ficou caracterizado, a destruição das aldeias ocorre, neste último período, ou seja, a partir de 1950, sendo que as expulsões dos restos de aldeias ocorrerão, especialmente, durante a década de 1970. A maior parte dos depoimentos refere-se a este período de 1950 em diante. Portanto, a memória dos informantes ainda guarda detalhes precisos sobre os fatos²⁰.

¹⁸ A partir da década de 1970 acentua-se a mecanização e o plantio da soja e ocorre a segunda migração de gaúchos para a região da grande Dourados, como veremos. Uma primeira leva de gaúchos chegara já no final do século XIX.

¹⁹ Segundo João Martins, no município de Naviraí, as derrubadas ocorreram em 1953-54, até 1960, sendo as terras destinadas ao plantio de café. Na região de Nova América, em 1958, também em vista do plantio do café, que foi “fracassando” a partir de 1960, cedendo lugar ao “colonião”, planta exótica, e ao gado. Entre Amambai e Ponta Porã o desmatamento teria ocorrido, segundo este informante, durante a década de 1960 (RC : 45).

²⁰ A liberação de terras, após a criação do Território Federal, provoca uma corrida a essas terras, muito bem descrita por LENHARO (1986a) e FOWERAKER (1982). É um processo de grande violência e desorganização. Segundo FOWERAKER (1982 : 56) “*violência, lei e burocracia se complementam para mediar a luta pela*
continua...

Convém lembrar, ainda, que no final de década de 60, em especial, no início da década de 70, verificamos a chegada da segunda leva de gaúchos para a região da grande Dourados. GRESSLER e SWENSSON (1988 : 105) atribuem, inclusive, a estas “*levas de agricultores provenientes da Região Sul do país, principalmente do Rio Grande do Sul...*” o grande crescimento populacional que se verifica “*a partir da década de 1960*”. FOWERAKER (1982 : 81-82) explicita que “*empresários do Rio Grande do Sul, que haviam descoberto, em 1969, que as terras em torno de Ponta Porã estavam sendo vendidas de dez a vinte vezes mais baratas que as do próprio Estado, corrigiram o solo e mecanizaram a produção de culturas altamente lucrativas, como o trigo e a soja...*”. Podemos dizer que estes “*novos colonizadores*”²¹, ao introduzirem amplamente a mecanização, é que vão concluir o processo de confinamento dos índios Kaiowá/Guarani²².

Diversos informantes relatam o processo de chegada dos não-índios em suas terras. Rafael Britez, da aldeia Paraguassu, ao explicar a ocupação das terras ao longo do rio Iguatemi, estabelece logo o confronto que vai perpassar a relação dos Kaiowá/Guarani com os novos

...continuação

terra na fronteira”. A própria Constituição Estadual é alterada para favorecer interesses específicos de políticos e grupos econômicos do Rio Grande do Sul, São Paulo e a própria Cia Matte Larangeiras, na aquisição de terras na região, permitindo pessoas físicas comprarem até 10 mil ha. de terras quando o limite anterior era de apenas 500 ha (1982 : 150). A especulação e a corrupção foi tanta que, segundo FOWERAKER (1982 : 163), o próprio Departamento de Terras do Estado de Mato Grosso foi fechado por três vezes: em 1950, 1961 e 1966.

²¹ FALLOUX (1972 : 18), no se relatório de estudo “O fenômeno trigo-soja” descreve este novo fazendeiro gaúcho. Diz “*ele é, em geral, jovem, muito dinâmico e ativo. Conhece bem as técnicas da cultura trigo-soja com grande mecanização que ele praticava em seu Estado de origem (...), finalmente, as empresas agrícolas e as cooperativas do Rio Grande servem de modelo de referência às que se criam atualmente no sul do Mato Grosso*”.

²² Este processo de ampla mecanização das lavouras se transfere para dentro da reserva indígena de Dourados, agravando em muito as disputas em torno da posse das terras por parte, especialmente, dos índios Terena. Estes incorporam cedo o uso do trator, passando a alijar outros moradores indígenas.

colonizadores, ao iniciar dizendo que “*quando entrou esses, que são nosso contrário, fazendeiros...*” (20 : 3). E continua, “*um dia chegou um engenheiro, branco, chegou para abrir picada para fazer rumo e nós ajudamos lá. Esse fazendeiro nós não sabemos (não sabíamos!) que se esse fazendeiro, se algum é para dar área para o índio. Que nada! expulsou*” (20 : 3).

A constatação de que eles mesmos ou seus pais ajudaram os fazendeiros a abrirem as picadas para depois serem expulsos é que leva o mesmo informante, Rafael Britez, a concluir que “*que índio antigo é muito burro*” (21 : 3). Em uma região densamente ocupada por aldeias kaiowá, como atestam os mapas, os informantes concluem que, sem informação e apoio, “*o fazendeiro foi chegando e o índio saindo*” (20 : 4). Félix Pires, hoje residente em Pirajuy e nascido na aldeia de Potrero Guasu, é categórico em dizer que, ao entrar o fazendeiro, *esparramou* todos os índios. Ruffino Romero, da Paraguassu, lembra que três vezes os expulsaram (28A : 14).

Laurentino da Silva, também antigo morador da aldeia Botelha Guasu, localizada na região do Rio Iguatemi, quando esta foi medida pelo INCRA e hoje residente na aldeia de Paraguassu, expressa bem como a terra dos índios passou para a mão dos fazendeiros e as conseqüências que esta ocupação trouxe para os Kaiowá/Guarani:

“Entraram e mediram tudo o mato (...), fomos no Botelha Guasu, demoramos um pouco, plantamos, aí já vieram e fizeram de novo mensura. É a mesma coisa fizeram mensura, igual Califórnia. (...) Depois que o karai nos expulsaram, fomos no Jukeri (outra aldeia). Bom e aí foi de novo agrimensur e mandou embora a gente de novo e aí todos que tinham terra foram expulsos (...). Quando acabou Jukeri esses, Antônio, depois não aconteceu mais, aí foi acabando as casas (...) já eram só nós. Trabalhamos nas fazendas, fomos trabalha lá no Tatakua. Já ouviu falar no Tatakua? Depois voltamos trabalha perto ali do Takuru, depois saímos que íamos pro Paraguai, pra vive melhor, né (...). Quando fazendeiro aperta então procura a onde, pra pode fica, acha lugar melhor (...). Agora já não faço mais casa” (21 : 7-9).

Indica a total provisóriedade dessas famílias, após serem desalojadas de seus **tekoha** tradicionais. Emerge, claramente, a dispersão dos moradores dessas aldeias, cujas terras passam para as mãos dos fazendeiros.

A estratégia dos índios era, inicialmente, procurar as aldeias mais próximas para aí se alojarem. Mas “*quando o fazendeiro aperta então procura a onde, pra poder ficar, achar lugar melhor*” (idem : 9). Ou seja, aí procura a solução possível que acaba sendo o engajamento como mão-de-obra nas fazendas da região. E como a atividade principal para onde a mão-de-obra, nesse período, é destinada ainda é a derrubada do mato, evidentemente, que a permanência em cada fazenda passa a ser o tempo necessário para concluir esta derrubada.

A derrubada das matas na região de Tacuru, Botelha Guasu e Rio Iguatemi, segundo os informantes, inicia em 1961. Até esta data estavam aí alguns brancos que “não incomoda”, trabalhando na erva. Ruffino e Ciriaco Romero, referindo-se ao pouco tempo necessário para os “*karai estragar a mata*”, lembra que “*eles eram muitos (...) traziam 100, 300, 100, mesmo numa semana*” (28A : 14).

A forma dos *novos colonizadores* chegarem e se apoderarem das terras kaiowá tem sido idêntica em toda a região. Don Quitito, nascido no Cerro Marangatu e atual capitão da aldeia de Campestre, ao explicar a destruição de sua aldeia, Cerro Marangatu, localizada na região de Bela Vista, em 1950, diz:

“tempo de Getúlio Vargas, (...) tempo do general Rondon mesmo que era. (...) e de noite chegou Pio Silva. Chegou no baile e os ‘lo mitã’ estavam todos contentes. Ah! aqui chegou Pio Silva. Chegou e disse: eu sou patrão, eu comprei este lugar, já comprei. Agora esta fazenda é meu (...) é meu isto. Quero que vão todos daqui, falou em português. Vão todos daqui, este já é meu” (43 : 2).

E continua que “*depois o índio foi para o Paraguai, para Pisyry, um pouco para Calça Comprida, outro pouco já foi para Dama*

Kuê, outro pouco para Dourados e o restante foi para as fazendas” (idem). Portanto, a dispersão foi total.

O relatório do servidor Joaquim Fausto Prado, de 19 de julho de 1948, referindo-se aos índios na área da Cia. Matte Larangeiras, dá conta que “*os índios que ocupam essas terras negam-se a deixá-las e os invasores usam de todos os expedientes possíveis para expulsá-los ou para servirem-se deles como mão-de-obra em condições de servidão*” (p. 110).

O recurso à ameaça e à violência física vem documentado em relatórios de funcionários do próprio SPI, como bem atesta outro ofício n. 2, de 12 de outubro de 1949, do funcionário do Posto Indígena Benjamin Constant, senhor Dayen Pereira dos Santos, ao chefe da I.R. 5^a (Quinta Inspetoria Regional). Refere-se ele à expulsão de uma comunidade de 80 pessoas:

“Agora estes índios foram de lá expulsos com toda a violência, por um grupo de civilizados, todos armados a armas cumpridas (fuzis e mosquetões), alegando eles que ditas terras estão reservadas para uma colônia agrícola (não sei se isto é exato). (...), o grupo que os expulsou da terra era composto dos seguintes indivíduos: (seguem os nomes)”²³.

O funcionário informa que já tentou várias soluções por meio da autoridade policial local, mas “*encontra pouca vontade da mesma agir com energia em defesa dos interesses dos índios*”.

João Aquino, de Amambai, referindo-se à destruição de várias aldeias na região de Juty, diz:

“...já vem, tomava o irmão branco, já entrava e está empurrando, está empurrando o índio. Comprava a terra assim. Então já falou aqui eu comprei, você tem que ir para lá. Aí o índio saía daí, mudava (...) assim é que foi. Vendeu, vendeu, ah! o governo vendeu (...) agora já não tem mais aldeia” (3 : 2).

²³ Ao que tudo indica refere-se ele a violências contra os índios na região de Botelha Guasu, município de Tacuru.

O mesmo informante, João Aquino, cita, ainda, como exemplo, o que aconteceu com a aldeia de Taquara, localizada no município de Santa Luzia, destruída pela Cia Matte Larangeiras, na década de 1953 “*o pessoal da Companhia foi lá falar com o capitão, porque aqui é da Companhia (...) ele apertou muito. Então pegou o dinheirinho o capitão e arrumou para este conseguir o carro pra levar*” para Caarapó (idem : 3). O Memorando n. 368, de 11 de julho de 1953, do chefe da I.R. 5^a, dirigido ao auxiliar Sr. Pantaleão B. de Oliveira, chefe de Posto na reserva de Caarapó, referente “... *à desocupação dos índios da área Taquara, uma vez que foram devidamente indenizados de suas benfeitorias pela Cia Matte Larangeiras*” e informa que devem ser localizados na reserva de Caarapó. Anexo ao Memorando segue uma relação de 77 moradores da aldeia Taquara. Portanto, além de confirmar as informações fornecidas por Aquino, indica a relação de cooperação entre fazendeiros e o órgão indigenista²⁴.

O depoimento de Acácio Ribeiro, morador da extinta aldeia do Km XX, localizada em terras da fazenda Campanário, hoje Mun. de Laguna-Carapã, explicita bem a forma como era efetuado o *espar-ramo* dos diversos **tekoha**:

“Aí num ano mandou derrubar mil alqueires, no outro mandou derrubar mais mil alqueires. Aí alcança nós, nossa terra já, aí alcançou naquele outro mil. (...) sempre nós plantava lavourinha assim. Sempre plantava cada ano. Depois o homem, ele já o administrador, o administrador já toma conta

²⁴ São ainda exemplos ilustrativos desta colaboração entre o órgão indigenista e as empresas ou fazendas na tarefa de retirar os índios dos **tekoha** tradicionais e levá-los para dentro das reservas indígenas demarcadas, as aldeias de Paraguassu e Rancho Jacaré. A primeira sofreu vários despejos a partir de 1976, sendo que no ano de 1976, nove casas e respectivas plantações foram queimadas pelo fazendeiro. Vários outros despejos ocorreram posteriormente com a colaboração do órgão indigenista (BRAND, 1993 : 134-142). No caso da aldeia de Rancho Jacaré, o fazendeiro, em acordo com a FUNAI, queimou, em 1978, um total de 18 casas de índios levando seus moradores para a reserva indígena dos índios Kadiweu, no município de Bodoquena (1993 : 143-147).

da fazenda e ele não quer mais morador lá. Foi indo assim, foi indo assim. Até o ano que se plantava bastante, tinha mandioca, batata, cana, não faltava nada a cada ano, sabe. Aí soltou uma boiada lá (...) Aí soltaram o gado, estragou tudo nossa planta. (...). Aí começou a comprar, comprar, comprar, né, só comprava” (6 : 4).

Isto em 1970. Os moradores começaram a ser *esparramar* em 1972 “já não tem mais o que comer, que já não dá mais para plantar. Já roçaram o mato do outro lado. Não vai mais querer. Já não tem mais jeito” (6 : 4).

Em 1974 os últimos moradores foram mandados embora, mesmo porque “*aí já não tem mais jeito*”. Obrigados a abandonar sua aldeia tradicional, também acabaram *esparramados* pelas fazendas Três Barras e Alvorada. “*É duas fazendas trabalhava. Mudei lá (...) trabalhava por mês, diária, empreitada, fazer aramado e esses serviços continuado*” (6 : 7). Em 1983 este informante foi, finalmente, residir dentro da reserva indígena de Amambai.

João Vilhalva, nascido na aldeia do Km XX e atualmente no Rancho Jacaré confirma que:

“depois que vendeu pro Renato esparramou toda gente, colocou polícia, não queria que nenhum cachorro ficasse na casa do índio. E logo quando saía o dono já queimava a casa. (...) E nós fomos pelas fazendas trabalhar. Nas fazendas, no mato. Nos esparramos tudo, o Valério foi pra aldeia... [de Caarapó]. Depois veio e ficou lá de novo”.

E conclui “*índio não quer sair do seu lugar mesmo. E aí ele ficou e por aí se perderam. Se acabaram, morreram. Tem bastante cemitério no XX*” (44).

Porém, nem sempre eram os fazendeiros que desalojavam os índios diretamente. Felix Pires relata que os moradores da aldeia Potrero Guasu, município de Paranhos, abandonaram seu **tekoha**, em inícios da década de 1970, por pressão dos missionários da Missão

Alemã²⁵. Os índios “*não tinham remédio, não tinham nada*”. Aí chegou o missionário falando que, em Pirajuy, reserva demarcada em 1928, tinha remédio. Falou que:

“nós vamos morrer tudo lá, sem condições, sem remédio, sem nada (...). Entrou com uma conversa para nós desistir da propriedade porque na época também diz que vai ser loteado. Então nós não tinha condição de pegar lote lá. Por isso que a gente veio porque insistiu muito o branco para nós sair de lá para morar no Pirajuy” (5 : 4).

E foram os mesmos missionários que transportaram os pertences dos índios.

Efetivamente, pode-se concluir que a maior parte das aldeias foram abandonadas pelos Kaiowá/Guarani devido à pressão dos fazendeiros, como vem muito bem explicitado pelos diversos depoimentos. Em outros casos foram os missionários que pressionaram mediante a oferta de melhor assistência à saúde dentro das reservas. Em vários casos emerge, ainda, como causa do abandono das aldeias, a morte de muitas pessoas. Ubaldo Castelan, de Sassoró, lembra que muito índio morria de tuberculose, maleita, gripe. “*pouco recurso, morreu muito*” (13 : 4).

Roberto Gonçalves e sua esposa, nascidos na aldeia de Samakuã e hoje residentes em Jaguapiré, referindo-se à Samakuã, informam que não foram os fazendeiros, diretamente, que os expulsaram de lá, mas porque “*teve muitas mortes ali*”. Por isso que nesta aldeia “*tinha bastante cemitério de criança inocente*” (4 : 4). Referindo-se à região de Cerro Peron, a esposa de Clementino Silva, de Samaquã, também remete para o problema das muitas mortes, dizendo simplesmente “*que aí morreu tudo lá mesmo*” (4 : 12). Jacinto Ireño, do Pirakuá, explicando o fim da aldeia tradicional Suirando, 1940-1950, diz que “*os índios se mataram com rezas*”, indicando

²⁵ Trata-se da Deutsche Indianer Pioner Mission, que atua na reserva de Pirajuy e na aldeia de Panambi.

tratar-se de feitiço (relatório do trabalho de campo realizado na aldeia de Pirakuá, 1996 : 2)²⁶.

A esposa de Laurentino da Silva, relata a morte de índios na região de Botelha'í e Botelha Guasu: “*Só que matava, mas era índio mesmo (...) morreu todos, não tinha mais gente para ficar*” (21 : 7-8). Perguntada sobre as causas destas mortes, respondeu rápido “*feiticeiro que provocava*”, remetendo também para a prática do feitiço. E conclui que “*depois que começaram a morrer começaram a se esparramar*” (21 : 8).

A morte provocada por falta de recursos (remédios) como causa do abandono de aldeias é indicado também por Santos Gonçalves, de Dourados, ao relatar a história da aldeia de Potrero Guasu, na região de Lagunita (Lagoa Bonita): “*foi morrendo, foi morrendo (...), morreu porque não tinha recurso*” (14 : 1-2). Isto teria acontecido, aproximadamente, em 1930.

A história pessoal do informante ilustra bem as dificuldades provocadas por essas mortalidades. Com dez anos “*eu já saí trabalhar nas fazendas (...) porque meu pai faleceu. (...). Eu saí gurizote, saí e fui para fazenda, a minha mãe me vendeu porque meu pai faleceu e minha mãe vendeu*” (14 : 2). E segue contando sua história. “*Fui criado por fazendeiro, o fazendeiro que me criou. (...) aí trabalhei, trabalhei, depois meu irmão nasceu também, encontrei meu irmão e fui rodar nesse mundo*”.

Foi possível relacionar, até este momento, um total de 81 aldeias ou conjunto de aldeias tradicionais Kaiowá/Guarani²⁷, cuja

²⁶ Segundo outros informantes, atuais moradores de Pirakuá, a aldeia foi atingida por uma epidemia de tuberculose que teria dizimado a maior parte da população (relatório do trabalho de campo, 1996 : 2).

²⁷ Considero aqui como conjuntos os casos onde duas ou mais aldeias localizam-se geograficamente próximas e com forte comunicação interna, embora autônomas entre si. São exemplos desta situação as aldeias de Javorai/Ibikui e Campo Seco, as aldeias localizadas na região genericamente denominada de Lima Campo, na região de Laguna
continua...

população, em períodos mais ou menos recentes, acabou dispersa. Este processo de dispersão, caracterizado pelos índios como de *esparramo*, resultou, na maior parte dos casos, não apenas na perda da terra do **tekoha**, mas, especialmente, na desintegração das famílias extensas, como já está amplamente caracterizado em outra parte deste trabalho. Foram poucas as aldeias cuja população foi transferida, diretamente, da área tradicional para dentro de alguma das oito reservas.

Expulsos de suas terras, acabam utilizados, amplamente, como mão-de-obra a serviço do desmatamento. Foi possível relacionar, em quadro, a partir da memória de inúmeros informantes, o local de cada um das 81 aldeias (estas aldeias foram, inclusive, localizadas em mapa específico), sua população, breve histórico do término de cada uma das aldeias, bem como os principais informantes.

A data da destruição das aldeias está relacionada diretamente ao avanço do desmatamento e correspondente implantação das fazendas. A destruição de parte delas é anterior à década de 1950. Estão nesta situação as aldeias localizadas na área abrangida pela Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Porém, a maior parte das aldeias é destruída durante as décadas de 1950 e 1960. Significativa parcela das aldeias localizadas na região de Caarapó e Juty, na região de Amambai/Tacuru/Iguatemi, são *esparramadas* durante este período. No entanto, outra parcela de aldeias, em especial as áreas Guarani, tais como Sombrerito, Ypo'í/Triunfo, Potrero Guasu e outras, são destruídas a partir da década de 1970. O mesmo acontece com as aldeias da região de Jaguapire, Campanário e algumas aldeias próximas a Amambai e Caarapó, tais como Samakuã, Ouro Verde, S. Pedro, Km XX, Javorai/Ibikui/Campo Seco e Lima Campo, onde o desmatamento ocorre em período mais recente.

...continuação

Carapã, a série de aldeias localizadas no entorno de Jaguapiré e de Yvykuarusu/Paraguasu, Tangaray/Karagutatay e Kururu'y, Jety'a'í e Mboiveve, todas na região de Tacuru, Tatarem/Xahã e Jukeri, entre Amambai e Ponta Porã, ou ainda, Alpére/Potrerito e Arroyo'í, localizadas próximas à reserva de Porto Lindo.

Cabe ressaltar que, em muitos casos, o *esparramo* nem sempre é resultado de uma ação direta de expulsão, mas de um progressivo processo de inviabilização da permanência dos índios naquele local. Este fato torna, por vezes, difícil o estabelecimento de referenciais cronológicos exatos.

Os informantes destacam duas causas básicas para explicar o abandono dos diversos **tekoha**: a pressão dos novos colonizadores, ou seja, a implantação das fazendas e da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e o excesso de doenças, tais como sarampo, catapora, tuberculose, malária e outras, incluindo a prática do *feitiço*. Percebe-se, no entanto, que o agravamento do estado de saúde da população de uma determinada aldeia é, simultaneamente, causa e consequência do processo de perda do território.

As inúmeras doenças, contra as quais, em sua grande maioria, tradicionalmente, não há qualquer possibilidade de defesa, já são consequência direta da interferência dos novos colonizadores. Enfraquecem a comunidade indígena e impõem a saída daquele espaço em busca do remédio necessário. A única alternativa de encontrá-lo está na sede das Missões e nos Posto do SPI.

As estratégias indígenas

Quero destacar, em todo esse processo de *esparramo* e atropelo das aldeias, a reação dos Kaiowá/Guarani. Confirma-se, ao que parece, a sua “índole dócil e pacífica” frente à violência dos novos colonizadores. Apesar dos registros em contrário²⁸ que devem ser atribuídos

²⁸ Neste sentido merecem destaque registros como os que encontramos no livro “Maracaju e sua gente” de FERREIRA E PEREIRA (1988 : 111). Após reconhecer que “*havia muitas aldeias indígenas espalhadas desde as cabeceiras dos rios Santa Maria e Brilhante até às margens do rio Paraná*”, informa que “*os índios constituíam ameaça permanente para os fazendeiros que, por diversas vezes, tiveram que empregar muita astúcia, e até mesmo o uso de armas de fogo, para rechaçar os seus ataques traiçoeiros e perigosos*”. Conclui o mesmo autor que “*depois de muita luta e até combates sangüinolentos, teve lugar uma aproximação pacífica dos grupos em litígio*”.

muito mais à violência inerente ao próprio processo de disputa da terra pelo colonizador²⁹, os Kaiowá/Guarani têm evitado a violência física e os confrontos armados. A violência física não fazia parte da estratégia Kaiowá/Guarani frente ao avanço dos “nossos contrários”. Sua estratégia consistia na constante retirada para “fora” do mundo de “nossos contrários”.

Emerge dos diversos depoimentos que, enquanto possível, os Kaiowá/Guarani continuaram buscando o refúgio no interior das matas ou nos fundos das fazendas. Foi a forma encontrada para resguardar seu modo-de-ser próprio. Ou seja, através do constante distanciamento dos colonizadores, eles buscavam continuar vivendo as “boas palavras da tradição”, segundo as quais a violência física é sinal de desequilíbrio.

No entanto, essa estratégia vai mudar, a partir da década de 1980, quando o distanciamento se torna inviável, mediante o cerco provocado pelo desmatamento e o fim dos tekoha refúgio nos fundos das fazendas e conseqüente confinamento cada vez mais total. O deslocamento para “fora” do mundo de nossos “contrários” torna-se inviável. O confinamento que se acentua durante a década de 1980, não é apenas geográfico, mas também cultural. E, novamente, é importante não esquecer que é neste momento que as taxas de suicídio entre os Kaiowá/Guarani crescem.

Por outro lado, é exatamente na década de 1980 que os Kaiowá/Guarani, desde o início do processo de *esparramo* e conseqüente confinamento, logram reconquistar aldeias perdidas ou resistir com êxito contra à expulsão das mesmas. Com o apoio da Igreja

²⁹ O general Couto Magalhães, em seu livro *O Selvagem*, (1876/1975 : 138), referindo-se às acusações de que “o índio é perigoso, estúpido, bêbado, traiçoeiro e mau”, diz “coitados! Eles não têm historiadores; os que lhes escrevem a história ou são aqueles que, a pretexto de religião e civilização, querem viver à custa de seu suor, reduzir suas mulheres e filhas a concubinas, ou são os que os encontram degradados por um sistema de catequese, que com muito raras e honrosas exceções é inspirada pelos móveis da ganância ou da libertinagem hipócrita...”.

Católica e de antropólogos, recuperam as aldeias de Rancho Jacaré e Guaimbé, donde haviam sido expulsos no final da década de 1970. Estas duas aldeias foram demarcadas em 1984.

Verificamos, portanto, a partir da década de 1980, um processo aparentemente contraditório. Ao mesmo tempo em que ocorre a radicalização do confinamento, temos também o início da quebra deste mesmo processo histórico de confinamento mediante a reocupação de aldeias perdidas.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Gilmar. Heródoto. In: *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul - 1883-1947*. Campo Grande : Inst. Euvaldo Lodi, p. 195-310, 1986. (Série Histórica. Coletânea)

_____. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Assis, 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Letras, História e Psicologia, UNESP.

BRAND, Antônio. *O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá*. Porto Alegre, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

_____. *O impacto da perda da terra e correspondente confinamento sobre a tradição Kaiowá*. Comunicação apresentada no V ABA (Merco)Sul. Tramandaí-RS, 17 p., set. 1995.

_____. *Se os Nãnderu conseguirem falar novamente com Deus*. Os Kaiowá: a construção de uma história oral. Comunicação apresentada no Seminário internacional sobre “História do imaginário religioso indígena”, São Leopoldo : UNISSINOS, 17-21/09/1995,

- 11 p. In: SIDECUM, Antonio (org.). História do imaginário religioso indígena. São Leopoldo : Unisinos, 1997, p. 145-158.
- _____. Os suicídios entre os Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul. In: *Porantim*, Brasília, ano XVII, n. 178, p. 8-9, set. 1995.
- _____. A violência na Reserva de Dourados. In: *Porantim*, Brasília, ano XVIII, n. 185, p. 10, maio 1996.
- _____. *O suicídio segundo os Guarani/Kaiowá*. Comunicação apresentada no VI Encontro da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, São Paulo, jul. 1996. 29 p.
- _____. *A questão das terras indígenas no MS*. Comunicação apresentada no I Encontro de pesquisadores junto às Sociedades Indígenas do Centro Oeste, Campo Grande, set. 1996. 17 p.
- _____. Los Guaraníes en tiempos de suicidio. *Accion*, Asunción, ano XXVIII, n. 168, p. 31-33, out. 1996.
- _____. CIMI. Identificação de Aldeias Tradicionais Kaiowá/Guarani. Dourados: datilografado, 11 p., out. 1995.
- _____. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Porto Alegre, 1998. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 382 p.
- CADOGAN, León. *Ayvu Rapyta textos míticos de los Mbyá-Guarani del Guairá*. Assunção : Fundación “León Cadogan”, CEADUC/CEPAG, 1992.
- CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr V. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande : Academia Sul-Mato-Grossense de Letras/Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1991.
- CHAMORRO, Graciela. *Kurusu Ñe’ëngatu ou palavras que a história não poderia esquecer*. São Leopoldo, 1993. Dissertação

(Mestrado em História Ibero-Americana) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

_____. *Kurusu Ñe'ëngatu*: palavras que la historia no podría olvidar. Assunção : Centro de Estudios Antropologicos/Instituto Ecumênico de Posgrado/COMIN, 1995. 235 p.

CHASI-SARDI. El tekoha. Su organización y los derechos humanos. In: *Suplemento antropológico*, Assunção : Universidade Católica, v. XXIV, n. 2, p. 33-43, dez. 1989.

CORREA FILHO, Virgílio. *Ervais do Brasil e ervateiros*. Documento da vida rural. Rio de Janeiro : Serviço de Informação Agrícola – Ministério da Agricultura, n. 12, 1957.

_____. *História de Mato Grosso*. Cultura brasileira. Rio de Janeiro : INL-MEC, 1969. (Série Estudos).

DONATO, Hernâni. *Selva trágica*: a gesta ervateira no sueste mato-grossense. Aracatu : Autores Reunidos, 1959. 241 p.

FERREIRA, Francisco Bernardes; PEREIRA, Rosa Albino. *Maracaju e sua gente*. Maracaju : Mindic, 1988.

FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra*: a economia política da fronteira pioneira no Brasil. Trad. de Maria J. Goldwasser. Rio de Janeiro : Zahar, 1982.

GRESSLER, Lori A.; SWENSSON, Lauro J. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul*. Dourados : Dag, 1988.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 47-64, mar./ago. 1986a.

_____. *Colonização e trabalho no Brasil*: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. 2. ed. Campinas : Unicamp, 1986b. (Série Pesquisas).

- LIMA, Antônio C. *Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil*. Rio de Janeiro, 1992. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/PPGAS.
- MAGALHÃES, Couto. *O selvagem*. São Paulo : Itatiaia, 1975. Edição comemorativa do centenário da 1ª edição.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 2. ed. São Paulo : Lecho/Livraria Edit. Ciências Humanas, 1981.
- _____. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Rio de Janeiro : Vozes, 1986.
- MELIÁ, Bartomeu. La tierra sin mal de los Guarani. Economía y profecía. *Suplemento Antropológico*, Assunção, v. XXII, n. 2, p. 81-97, 1987.
- _____. *El Guarani conquistado y reducido*. Biblioteca Paraguaya de Antropología. Assunção: CEADUC, 1988.
- MELIÁ, Bartomeu; GRÜNBERG, Georg; GRÜNBERG, Friedl. *Los Pãi-Tavyterã-Etnografía Guarani del Paraguay contemporáneo*. Assunção : Centro de Estudios Antropológicos - Universidade Católica “N.S. de la Asunción”, 1976.
- MELO E SILVA, José de. *Fronteiras Guarani*. Rio de Janeiro : [s.n.], 1939.
- MONTEIRO, Maria Elisabeth B. *Levantamento histórico do grupo indígena Kayoá*. Realizado por determinação do Diretor do Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI)/Funai-Brasília, 1981.
- NIMUENDAJU UNKEL, Curt. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocuva Guarani*. Trad. de Charlotte Emmerich. São Paulo : Hucitec/USP, 1914/1987.
- PEREIRA, Maria A. da Costa. *Uma rebelião cultural silenciosa: investigação sobre os suicídios entre os Guarani*. Brasília : FUNAI,

1995. 55 p. (Série: Índios do Brasil, 3).

SALDANHA, Athamaril. Capataz Caati. In: *Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947*. Campo Grande : Instituto Euvaldo Lodi, p. 445-518, 1986. (Série Histórica. Coletânea).

SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. São Paulo : Pedagógica/USP, 1974.

SEEGER, Anthony; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Terras e territórios indígenas no Brasil*. Encontros com a Civilização Brasileira. Trabalho apresentado na XXX Reunião da SBPC, n. 12, jul. 1979.

SEREJO, Hélio. Carai. in: *Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947*. Campo Grande : Instituto Euvaldo Lodi, p. 27-193, 1986. (Série Histórica. Coletânea)

SUSNIK, Branislava. *Los aborígenes del Paraguay II*. Etnohistoria de los Guaraníes. Epoca colonial. Assunção : Museu Etnográfico “Andres Barbero”, 1979-1980.

VIETTA, Katya. *Sem nossa cultura somos bichos: subsídios para uma reflexão a respeito da interpretação cosmológica kaiowá sobre os suicídios*. Comunicação apresentada no XX ABA, Salvador, abr. 1996. 13 p.

_____. *Programa Kaiowá/Guarani: algumas reflexões sobre antropologia e prática indigenista*. Comunicação apresentada no Seminário “Recuperação Ambiental, Produção Econômica e Saúde Preventiva”, Campo Grande-MS, out. 1996. 24 p.

WICKER, Hans-Rudolf. *Taruju: enfermedad de los dioses que lleva al suicidio*. Assunção, datilografado, 1996.

DOCUMENTOS

Carta do índio Henrique Mirrael, dirigida ao Gen. Rondon, 1946 (Justiça Federal de Campo Grande).

Memorando n. 368, de 11 de julho de 1953, do chefe da I.R. 5, dirigido ao auxiliar, Sr. Pantaleão B. de Oliveira (arquivo da FUNAI, Amambai-MS).

Ofício n. 2, de 12 de outubro de 1949 (Justiça Federal de Campo Grande-MS).

Ofício do Administrado da CAND, Sr. Elpídio M. Prado, ao chefe da I.R. 5º, Sr. Irineu A. Oliveira, agosto de 1952 (Justiça Federal de Campo Grande).

Ofício n. 0413/69, do Ministério da Agricultura, dirigido ao Ministro do Interior, de 17 de julho de 1969 (arquivo da FUNAI de Amambai).

Relatório do auxiliar Genésio Pimentel Barboza, dirigido ao Sr. Dr. Antônio Martins Viana Estigarribia, Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios do Estado de Mato Grosso, 1927 (Museu do Índio, Rio de Janeiro-RJ).

Relatório de inspeção nas dependências do SPI no Estado de Mato Grosso, de Mário de Oliveira, 1943 (Museu do Índio, Rio de Janeiro-RJ).

Relatório de Joaquim Fausto Prado, Inspetor do SPI, I.R. 5º, de 19 de julho de 1948 (Museu do Índio, Rio de Janeiro-RJ).

Relatório de Joaquim Fausto Prado, responsável pelo expediente da I.R. 5º, dando conta dos entendimentos mantidos com a direção da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, 23 de julho de 1949 (Museu do Índio, Rio de Janeiro-RJ).

Relatório de atividades do SPI, referente ao ano de 1954 (Museu do Índio, Rio de Janeiro-RJ).

Relatório de estudo sobre “O fenômeno trigo-soja, conseqüências e

problemas para o desenvolvimento rural da região sul de Mato Grosso”, do engenheiro agrônomo F. Folloux, da Societé D’aide Technique et Cooperation-SATEC., Paris, 1972 (CEUD, Universidade Federal de Dourados-MS)

Relatório sobre a situação atual do P.I. Dourados, de Lilia Valle e Márcia Ribeiro, 1975 (arquivo FUNAI de Amambai-MS).

Relatório do chefe do P.I. de Taquaperi, Sr. Luiz Rogério Pereira, dirigido ao Delegado da 9ª DR, Campo Grande, de 19 de setembro de 1976 (arquivo FUNAI, Amambai-MS).

Relatório do P.I. Taquapery, do chefe de posto Luiz Rogério Pereira, de 8 de maio de 1980 (arquivo FUNAI, Amambai-MS).

Relatório sobre os índios Kaiwá – anexos complementares, enviados pelo Administrador do Museu do Índio, Rio de Janeiro-RJ, à Assessora Chefe da EASP/FUNAI, Brasília, 22 de fevereiro de 1984 (Museu do Índio, Rio de Janeiro-RJ).

ÁREAS KAIOWA/GUARANI

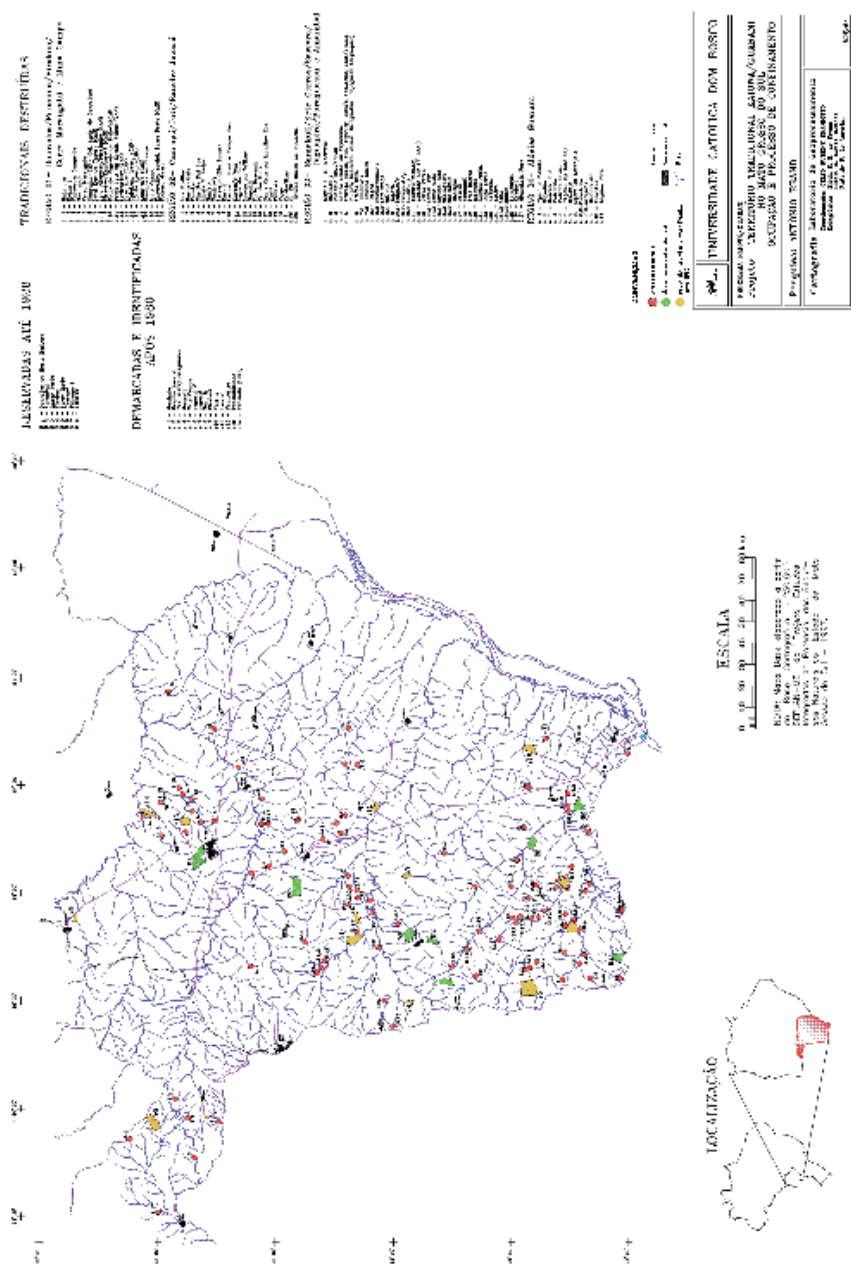




Foto: Orlando Zimmer

Aldeia Jarará. Logo após a reocupação.



Foto: Katya Vietta

Aldeia Jarará. Espaço residencial.